

MUDANÇAS DA CONDIÇÃO FEMININA NA ATUALIDADE: REVISITANDO A HISTÓRIA DO FEMINISMO

TODAY'S LIGHT ON CHANGES IN THE FEMININE CONDITION: REVISITING THE HISTORY OF FEMINISM

Resumo

Este trabalho teve como objetivos: revisitar a história do movimento de mulheres e do feminismo e chamar atenção sobre a importância da luta dessas mulheres para o entendimento das conquistas femininas na atualidade. O encaminhamento desses objetivos foi feito a partir de uma pesquisa documental baseada em diferentes autores, que abordam a história do feminismo. Além de trazer para a discussão a seguinte questão: mesmo que o feminismo seja um movimento marcado por divergências dos grupos militantes, fruto das diferenças do enfoque político, da falta de consenso e das diversas bandeiras, contribuiu para o processo de modernização da sociedade, seja estrutural ou simbólica. Pois produziu transformações significativas nas relações, apontando para uma igualdade maior.

Palavras-chave: Atualidade. Feminismo. História. Mulher.

Abstract

This work revisits the history of the women's movement and feminism, with a view to understand female conquests in the present by calling attention to the importance of the original women's rights activists and their fights. The research is documentary, and based on several authors that discuss the history of feminism. Included is a discussion of the following proposition: Although the feminist movement is marked by differences among the varied militant groups, their political focus, their lack of consensus, and their various loyalties, it has contributed both structurally and symbolically to the process of societal modernization. Further, it has produced significant changes in gender relations, principally in having promoted greater equality.

Keywords: Present. Feminism. History. Women.

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins

Integrante do Núcleo de Estudos das Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero/ UERJ- pesquisadora. E-mail: mirianteresad@yahoo.com.br

Karolyne Romero de Alcantara

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFF. Membro do Núcleo de Estudos das Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero/ UERJ. E-mail: karolyne_romero@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho surgiu de uma reflexão a partir do contato com jovens das camadas médias e populares, com as quais estamos realizando um estudo vinculado ao Núcleo de Estudos das Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDEG/ UERJ): qual é a representação do movimento feminista para as novas gerações?

Do contato com as referidas entrevistadas, percebemos que apenas uma das jovens relatou sobre o feminismo como um movimento social de luta pela equidade das mulheres em vários espaços sociais. As mudanças da condição feminina no entendimento das mesmas eram as seguintes: como algo que ocorreu ao longo do tempo. O que poderíamos interpretar a partir dos relatos como um desenvolvimento próprio da sociedade. Não identificamos até o presente momento nas entrevistas, a referência à construção história dessa luta. As mudanças por elas citadas são principalmente as que tangem ao mundo do trabalho, ao acesso a uma maior escolarização e a uma maior independência financeira.

A constatação de que há um hiato entre o conhecimento das conquistas femininas na atualidade e da existência de um passado de luta pelo movimento de mulheres e do feminismo, motivou-nos a reunir o que já tínhamos da história de ambos e acrescentar novas informações para a construção desse trabalho para trazer um pouco dessa história. E quem sabe em um futuro próximo compartilhá-lo com jovens, por exemplo, em escolas de Ensino Médio (embora, seja esta ideia no presente apenas um desejo).

Este trabalho teve como objetivos: visitar a história do movimento de mulheres e do feminismo desde o século XIX e chamar a atenção sobre a importância da luta dessas mulheres para o entendimento das conquistas femininas na atualidade. O encaminhamento desses objetivos foi feito a partir de uma pesquisa documental, baseada em diferentes autores que abordam a história do feminismo.

Um pouco da história do movimento das mulheres

A igualdade foi prometida para todos após as Revoluções Liberais, mas não pode ser realizada. As mulheres, por exemplo, continuaram a serem excluídas dos direitos civis e políticos. A elas estes foram negados, mesmo que tenham sido garantidos aos cidadãos homens e brancos.

A exclusão feminina da cidadania era baseada nas diferenças sexuais, ou seja, por serem anatomicamente diferenciadas do padrão (o masculino), não tinham um tratamento equânime no campo político. A justificativa para tal distinção era a diferenciação biológica. Para o entendimento da referida reprodução social, se faz necessária à análise do lugar que foi destinado às mulheres na sociedade. O status de indivíduo não foi dado às mesmas, apenas aos homens. Já que elas não eram representadas como tal. O que se traduz para Scott (2002) como um paradoxo, pois a universalização dos direitos civis e políticos, mesmo sendo uma reivindicação da luta dos revolucionários, não se estenderam para as mulheres.

O novo regime que aboliu as monarquias nas sociedades ocidentais e que produziu um discurso da universalização dos direitos civis e políticos, das obrigações sociais dos indivíduos e o individualismo, referia-se ao masculino. Nesse contexto, a feminilidade era percebida como o Outro, o que explicaria a iniquidade política das mulheres. As bases filosóficas dessa “diferença” surgiram no próprio Iluminismo, embora neste o indivíduo passasse a ser concebido como uma categoria abstrata, aquele que é único. Porém, a essência era independente das diferenças de propriedade, de ascendências e religião, sendo comum a todos. O que possibilitou as pessoas serem vistas como um só indivíduo, já que tinham um conjunto de características que davam essa unidade, mas há de se ressaltar a demarcação das diferenças, do modelo (lê-se homem e branco) que levou à exclusão daqueles que não eram detentores dessas

particularidades (Scott, 2002).

A construção citada foi legitimada por um discurso médico/psicológico que preconizava a existência das diferenciações corporais e de vivências, além de classificar quais seriam os exemplos de indivíduo humano. E nesse caso as mulheres foram alijadas.

Vivendo nesse contexto citado, algumas mulheres se organizaram e iniciaram um movimento organizado contra as iniquidades baseadas no sexo no século XIX e nos primeiros anos no séc. XX, na Europa, e em outras regiões do mundo. E uma luta por reformas legais, pela supressão dos direitos patriarcais na família e na sociedade. Ambos tomaram como base os pensamentos de socialistas e nacionalistas, que passaram a ter um papel importante na política. Iniciou-se o feminismo, que ansiava por reformas legislativas. Já que em diferentes sociedades os direitos políticos, para elas, foram conquistados a partir de uma política presente nos estados socialistas e nas constituições liberais de outras nações.

A exclusão das mulheres foi sinalizada pelas feministas do século XIX, na luta pelo direito e participação política. Scott (2002) tece considerações a respeito na Campanha na França e das ações das militantes do século XIX, propondo uma alternativa ao enfoque consensual da história do feminismo herdado nesse período histórico, a de que as mesmas sempre exigiram uma igualdade em relação aos homens ou tentaram afirmar suas diferenças.

De acordo com a autora, essa referida visão impede uma análise, um entendimento das contradições e repetições que se sucederam ao longo dos tempos. O resultado é que mesmo após as mulheres terem conquistado o direito ao voto, são pouco representadas nos espaços políticos de decisão. E ressalta a importância do feminismo ser um movimento, que possibilitaria a elas ter o *status* de indivíduo autônomo, autorrepresentável e com plenos direitos políticos. O que exigiria “que os conflitos dessa luta fossem vistos como produzidos pela contradição de um discurso político a respeito

do individualismo e dos direitos e obrigações sociais dos indivíduos, que igualaram a individualidade com a masculinidade”(Scott, op. cit.: 10).

O citado movimento social tem uma história associada com o processo de modernização, tanto nos países socialistas, como nos capitalistas. Porém, com variações, ou seja, nem sempre expressaram a demanda por cidadania e direitos iguais para elas. Alguns se lançaram a favor da permanência de uma sociedade tradicional, em oposição ao que chamavam da corrosiva tendência da modernidade.

Na Europa do séc. XVIII e ao longo das décadas seguintes, em outras regiões do mundo, as mulheres se organizaram para lutar contra a desigualdade vivenciada baseada na diferença entre os sexos. E a partir do século seguinte, elas demandavam reformas sobre os direitos patriarcais na família e na sociedade. Se por um lado, as feministas foram influenciadas pelo pensamento socialista e nacionalista, que embasou a luta dessas ativistas pela substancial reformas legislativas, em outro contexto houve a reivindicação por direitos proferidos não pelo movimento social, mas como uma prática das constituições liberais em estados socialistas ou em regimes populistas. Estes ansiavam ampliar sua influência política (Molyneux, 1998).

As mulheres sempre lutaram por direitos, que lhes foram negados num mundo construído sob a autoridade masculina. Os vários movimentos feministas mostraram que nessas lutas, além do direito político ao voto, elas reivindicaram: educação, igualdade e cidadania, o que lhes possibilitou transitar da esfera doméstica para o espaço público. A pluralidade de ideias na luta pela igualdade e fim da opressão nos permite pensar em feminismos.

Há e houve ao longo da história uma diversidade de manifestações. E para descrever cada época em que mulheres mobilizaram-se para lutar por mudanças e conquistas na sociedade, é importante a contextualização do momento histórico em que estes emergem, neste caso no Brasil inicia-se no final do

séc XIX, período que há uma tomada de consciência e reivindicação pela questão dos direitos civis, mas que não incluía as mulheres.

No nosso país, data do ano de 1882 a publicação de um editorial *A Família*, pela jornalista Josefina Azevedo que chamava as mulheres a se organizarem para lutar pelos seus direitos. Mas, devido às especificidades da sociedade brasileira naquele período, era muito difícil a associação delas em movimentos como ocorreu em outros países. Apenas se reuniam em agremiações literárias, nas reuniões das edições de jornais/revistas femininas e em associações abolicionistas e de caridade (Schumacher & Brazil, 2000). Daí entendermos que as primeiras feministas serem dos círculos privilegiados economicamente e de intelectuais.

Foi a partir de 1850 que tivemos a circulação de jornais por mulheres. Esses traziam notas e as conquistas femininas nos EUA e na Europa. Quanto aos jornais, os principais temas eram: a educação para as mulheres e assuntos referentes à maternidade. Em 1873, Francisca Diniz na sua obra: *O sexo Feminino: Semanário Dedicado aos Interesses da Mulher*, ressaltou a importância da educação para as mulheres, afirmando sobre a igualdade das capacidades intelectuais entre ambos os sexos (Mott, 2001).

A escritora e professora, Nísia Floresta, traduziu o livro *Revindication of Rights of Women*, que trazia reivindicações e defendia a instrução das mulheres, porém ela sofreu discriminação na sociedade. E vale pontuar que no discurso dessa militante estava implícito a ideologia daquele período, ou seja: delas serem o pilar da família para o desenvolvimento de uma sociedade moderna e próspera que se iniciava no Brasil.

Já no início do séc. XX, as feministas consideravam que somente através da conscientização proporcionada pelo conhecimento da opressão e da dominação, a que eram submetidas, poderiam resistir e lutar para escapar do domínio masculino e das regras sociais injustas. Essas conscientizações eram, pois, um

avanço significativo se as compararmos ao silêncio e ao rigor das épocas anteriores, em que raras mulheres conseguiam romper as barreiras impostas ao seu sexo, sendo marginalizadas e ridicularizadas quando se expunham no espaço público e pretendiam se fazer ouvir. As mesmas queriam estudar para que através do conhecimento pudessem exigir seus direitos, e usavam argumentos que fizessem os homens reconhecê-las como seres humanos pensantes, que têm gosto, prazer e competência tanto quanto eles (Almeida, 2000).

No Brasil, nos primeiros anos do século XX, o movimento feminista surgiu com a mobilização de mulheres das camadas médias e elites urbanas filiadas às diferentes entidades. Porém, essas militantes não questionavam a dominação masculina no âmbito doméstico, nem a liberdade sexual e os direitos reprodutivos. Mas, diferente dessas ativistas citadas, tivemos figuras como: Maria Lacerda Moura e Ercília Cobra, que lutaram justamente por essas questões. Elas não pertenciam a nenhum movimento organizado.

As reivindicações trabalhistas e sociais que foram pleiteadas naquele momento, são creditadas as mulheres pertencentes às associações de trabalhadoras, as anarquistas e socialistas daquele período. A grande maioria de trabalhadores(as) não possuía uma regulamentação de salários, dias e horas trabalhadas, férias, aposentadoria, licença à maternidade e doenças.

Independente da classe social que pertenciam, elas viviam uma vida com muitas dificuldades e opressão. O primeiro grupo que poderíamos chamar de feminista foi criada em 1910 por Leolinda Daltro no RJ, e em 1922 foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (o grupo era composta de militantes das camadas médias e altas), que teve uma atuação intensa até o ano de 1937 no Governo de Getúlio Vargas. Embora a adesão maior fosse das mulheres das elites, teve a participação das que pertenciam aos estratos sociais mais simples da sociedade. Sua fundadora e

maior representante foi Bertha Lutz, que defendia a emancipação das mulheres, os direitos políticos e que elas poderiam exercer qualquer cargo profissional sendo casadas ou não.

Nessa mesma época, organizaram o I Congresso Internacional Feminista na mesma cidade. Embora na sociedade brasileira as feministas sofressem retaliações, vale sinalizar a grande conquista na Constituição de 34, na qual o voto feminino foi incluído (Mott, 2001).

Conscientes dos receios masculinos e também de algumas feministas, de que a mulher educada abandonaria a sagrada missão a ela destinada como mãe e esposa e que o excesso de instrução interferisse na saúde e capacidade reprodutiva, apressaram-se, as feministas, em declarar que a educação da mulher só traria benefícios para a sociedade.

[...]. Apesar disso, o acesso à educação, que acabou por ser conquistado, revelou-se como mais um mecanismo de opressão. As escolas normais e os liceus, criados para dar instrução e profissionalizar as jovens, repetiam as normas e a imagética social de uma educação feminina voltada para o espaço doméstico. À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar tanto nos lares como nas escolas e na sociedade a hegemonia masculina, esta foi uma faca de dois gumes: detentores do poder econômico e político, os homens também se apropriaram do controle educacional e passaram a ditar as regras e a normatizar a educação feminina (Almeida, 2000: 6).

De diversas formas, feministas denunciaram a opressão masculina e lutaram pelo direito à educação, à profissionalização e à liberdade de votar e serem votadas. Após a Segunda Guerra Mundial, essas lutas em toda parte do mundo se aceleraram. A crescente urbanização e industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a publicidade, o cinema e o rádio ocasionaram expressivas mudanças nos costumes, gerando novos comportamentos.

Nas décadas de 1940 e 50, as mulheres com

mais escolaridade não mais aceitavam as mesmas subordinações a que suas antecessoras estiveram submetidas, mas muitos valores permaneceram inalterados, principalmente os referentes à sexualidade e à domesticidade; como o mito de que as mesmas nasceram para procriar.

O movimento social de mulheres, que eclodiu no final da década de 50, teve como objetivo questionar a condição feminina em uma sociedade constituída por relações assimétricas entre os sexos, e de pleitear um espaço de atuação política e de luta pelos seus interesses (Franchetto et al., 1981: 17).

Mesmo com diferentes correntes ideológicas, o feminismo até os anos 60 estava focado nos ideais pela igualdade de gênero. Ávila e Costa (2005) reforçam a ideia quando afirmam que no âmago da demanda das mulheres por igualdade estava a perspectiva de serem, formalmente, iguais aos homens.

Nesse contexto, os ideais por igualdade entre homens e mulheres serviram de base para estudos a respeito da sexualidade, no qual as teorias sobre a “*identidade de gênero*”, que sofriam a influência de pressupostos científicos e tinham como objeto de conhecimento o mundo, baseado na apropriação da natureza pela cultura, tomaram como base um discurso ocidental pautado nas categorias binárias sexo/gênero.

Nos anos de 1960, o modelo da identidade de gênero influenciou feministas na década seguinte, e possibilitou a alocação da questão de gênero nas análises e discursos a respeito da sexualidade nas ciências de cunho liberal e funcionalistas, principalmente nos EUA. As discussões eram baseadas em um modelo de sexualidade próprio de uma sociedade burguesa, machista e racista, que engendraram mecanismos de controle.

Esse paradigma baseou-se na psicopatologia e somatologia sexual de Krafft-Ebing e Havellock Ellis e de seus seguidores, da leitura da obra de Freud, da psicobiologia das diferenças sexuais, das descobertas médicas no campo da endocrinologia (desde os anos

de 1920) e das hipóteses que surgiram na década de 1950 sobre o dimorfismo sexual hormonal/cromossomial e neural.

Seguindo essa linha, em 1958, no Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais, na Universidade da Califórnia, foi construído o Projeto de Pesquisa sobre a Identidade de Gênero. Nessa instituição, Robert Stoller estudou as desordens da identidade de gênero e focalizou a distinção entre sexo e cultura, sendo o primeiro vinculado à biologia e, o segundo, à cultura. O pesquisador, baseado em uma concepção generalista as descobertas desse Centro, explicava a construção e os efeitos dos processos culturais sobre o biológico, que produziria o sujeito diferenciado pelo gênero.

Nesse referido contexto eclodiram os estudos a respeito da influência da cultura sobre a biologia, na configuração da personalidade. Os psicoendocrinologistas John Money e Anke Ehrhardt, a partir das descobertas da Clínica de Identidade de Gênero (criada em 1965 na Faculdade de Medicina da Universidade John Hopkins), desenvolveram e popularizaram a visão interacionista do paradigma de gênero, o que impulsionou programas terapêuticos e pesquisas sobre as diferenças de sexo/gênero. Além de ter o seguinte desdobramento: aconselhamento, ações de assistentes sociais e pedagogos.

Os referidos estudos nesse período se deram a partir das teorias funcionalistas, que buscavam preconizar as diferenças entre os papéis masculinos e os femininos. Os autores funcionalistas mais importantes foram Parsons e Bels, que, nos anos 60, conceberam os papéis femininos (os expressivos) e os masculinos (instrumentais). Estes são construídos no interior da família nuclear, sendo fundamental na manutenção do funcionamento da ordem social, ou seja, na reprodução das relações de gênero, que têm como fundamento os papéis sexuais baseados nas diferenças sexuais.

Psicólogas feministas, principalmente na Europa e EUA, já que no Brasil o movimento estava um

pouco adormecido, acreditavam que existiria uma estrutura cognitiva constitutiva da personalidade a partir da dicotomia de gênero e assim os indivíduos se organizariam. Os estudos de Parsons sofreram críticas das feministas americanas. Estas sinalizavam que essa teoria legitimava a subordinação feminina ao tratar da questão da mulher somente no âmbito familiar e por vincular o gênero como um papel social voltado ao indivíduo, o que não permitia uma análise da dinâmica social (Heilborn & Sorj, 1999).

Em oposição ao funcionalismo tivemos o referencial marxista que possibilitou uma análise das relações de gênero, que a primeira corrente não possibilitava, pelo fato de que trouxe para o debate o trabalho doméstico e a participação feminina na força produtiva. E tomaram como discussão a subordinação social, a partir das relações de gênero na família, no trabalho e na política, afirmando ser proveniente da exclusão das mulheres no processo laborativo. Para essas teóricas a pouca participação da mulher seria fruto do desenvolvimento tanto industrial, como tecnológico, em decorrência dos avanços na indústria, o que gerou a não absorção da mão de obra feminina. Ficando as mesmas como um “exército industrial de reserva” (Heilborn & Sorj, 1999).

Nesse período, o movimento feminista nos EUA e na Europa alinhou-se aos protestos das minorias marginalizadas: “(...) numa sociedade que se desejava democrática e que repudiava os valores discriminatórios que originaram o conflito europeu, não poderiam coexistir discriminações calcadas em fatores biológicos e hereditários” (Ávila & Costa, 2005: 3). Em ambos os contextos tivemos a chamada institucionalização do feminismo, e também nesse período as mulheres tiveram a possibilidade de exercer profissões antes exercidas mais por homens, e o acesso às universidades foi consolidado.

O feminismo da igualdade surgiu como um desdobramento da ideologia igualitária-individualista e em decorrência das transformações dos costumes nas sociedades ocidentais. Nesse cenário, e para

além dos movimentos sociais, no início da segunda metade do séc. XX, iniciou-se a institucionalização dos estudos de gênero nas universidades americanas. Nos EUA as feministas críticas iniciaram uma série de questionamentos à organização científica e profissional dominante, as suas divisões disciplinares e aos critérios de autoridade científica, que se baseava em hierarquias. Esse embate, que se estendeu aos departamentos nas universidades, fez com que essas militantes criassem espaços alternativos nas universidades (Heilborn & Sorj, 1999).

Mas, estava ausente nesta agenda a crítica à desigualdade como um componente das relações sociais baseadas na dominação de sexo, na hierarquização das relações de gênero, enquanto relações de poder que constituem uma das bases fundamentais da ordem liberal.

A Segunda Onda do Movimento Feminista

O contexto social e científico em que surge a segunda onda da política feminista em 1960 foi marcado pela oposição do determinismo biológico versus construcionismo social e pelo florescimento do paradigma da identidade de gênero no Campo das Ciências médicas/psi e da sociologia.

No final dos anos sessenta, intensificam-se os estudos sociais sobre a mulher, que abordavam questões como família, saúde, educação, sexualidade e emprego, valendo-se dos estereótipos da época e dos distintos papéis atribuídos aos sexos na família, na escola e no trabalho (Costa et al., 1985).

A consolidação da categoria de análise gênero desnaturalizou a naturalização da condição feminina nas sociedades ocidentais. Os estudos de gênero se expandiram nas discussões a respeito da condição feminina a partir de 1980. Nesse período, passou-se a ter uma vasta produção de estudos intitulados de estudos sobre as mulheres, já que diferentemente das pesquisadoras que as precederam, houve o consenso de que não há uma unidade quando se analisa a

categoria mulheres, e sim uma multiplicidade de realidades e diferenças.

A condição da mulher baseada em uma desigualdade relacional percebida como “destino” foi sendo revisada ao longo do século XX. A repercussão na vida social, obtida pelo movimento feminista, põe em xeque os esquemas hierarquizados existentes. A chamada segunda onda do feminismo foi um movimento que se mostrava como uma contra cultura radical, ou seja, um novo projeto emancipatório que agregou as suas reivindicações a luta contra as iniquidades de gênero, e a visão de que era necessário se lutar para a supressão do racismo, da homofobia, do imperialismo e da desigualdade de classe (Frazer, 2009).

Para Frazer (2009), a segunda onda expandiu o significado de justiça, possibilitando a politização de mulheres, já que houve a reinterpretação das desigualdades sociais como injustiças, ampliando-as. Estas passaram a ser percebidas na família, nas tradições culturais, na sociedade civil, nas hierarquias de *status*, na assimetria no poder público e na vida cotidiana, trazendo para pauta o seguinte: que a subordinação das mulheres era sistêmica, fundamentada nas estruturas profundas da sociedade.

As referidas feministas rejeitaram a concepção das radicais, que pleiteavam a expansão do conceito de gênero como uma categoria principal ao lutar e discutir a condição feminina. Já as socialistas negras e as anti-imperialistas, ao rejeitarem a primazia da classe, trouxeram outras questões: a raça, a nacionalidade e a sexualidade.

A partir de então, o campo de ação das militantes se expandiu ao tratar de assuntos privados, como: o serviço doméstico, a reprodução da violência contra as mulheres. Passou-se a se reivindicar o cuidado, culturalmente associado como uma prática feminina, não fosse desvalorizado e a superação do sexismo no trabalho remunerado e não remunerado. Elas aderiram a uma concepção mais abrangente do que é justiça e em uma crítica da sociedade capitalista,

lutaram pela supressão de desigualdades.

Costa (2002), fazendo uma análise crítica do movimento dos anos 70 e 80, sinaliza que ele esteve direcionado à luta pela igualdade, voltando-se apenas para a implementação das políticas públicas. As ações sociais pelo fim das desigualdades foram esquecidas, ficando restritas às questões de gênero. Não se discutiu a inter-relação entre classe, raça, etnia e gerações e os sistemas de poder e subordinação a que as mulheres estavam submetidas.

Mesmo com as inúmeras diferenças de outras regiões do mundo, em que as militantes já alcançaram muitas conquistas, na América Latina, na Índia e em parte da África e Ásia, as lutas do movimento das mulheres nos anos 70/80 ganharam voz pela sua potencialidade, ou seja, possibilitar a luta contra as desigualdades vivenciadas em um contexto de repressão política dos efeitos da recessão econômica.

No Brasil, o feminismo floresceu nos anos de 1970. O marco foi a publicação dos jornais: *Brasil Mulher* em 1975 e *Nós Mulheres*, em 1976. O momento de luta contra a ditadura militar aproximava as mulheres de outros movimentos contra a opressão, e, como em outros países, as militantes buscavam a igualdade com os homens e romper com os papéis que tradicionalmente foram destinados a elas na sociedade (a virgindade e o casamento) (Schuma & Schumacher, 2000).

Outros fatores propiciaram a expansão do feminismo naquele período, entre eles o importante marco internacional-a Declaração da ONU de que 1975 era o Ano Internacional da Mulher e a modernização por qual passava o país, com a expansão do sistema educacional, a abertura de maiores postos de trabalho e o acesso a pílula anticoncepcional, que trouxe uma modificação na sexualidade (Sarti, 2004).

No nosso país, o feminismo surgiu como uma luta de militantes da classe média, a exemplo de outras nações, mas com uma particularidade, a aproximação com as associações de bairro que lutavam por melhores condições de vida para as camadas populares. Este se

chamava “movimento de mulheres”. Em torno das melhorias das condições de vida para a população mais pobre “(...) Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social” (Sarti, 2004: 38).

No Brasil, houve nesse período a institucionalização dos estudos de gênero em um cenário marcado por desigualdades. Na sua origem, as primeiras pesquisadoras tiveram motivações políticas. As feministas se afinaram com o discurso das militantes de esquerda, que buscavam lutar e denunciar a extrema iniquidade da sociedade.

Essas militantes desenvolveram uma “rudimentar análise de gênero” ao introduzir a noção sociológica dos papéis sexuais. O conceito de gênero foi sendo usado para designar as diferenças entre homens e mulheres e para demonstrar os estereótipos culturais ou as normas produzidas a partir da diferença. Houve uma maior visibilidade do movimento de mulheres e uma maior projeção deste no meio acadêmico. O movimento feminista ganhou expressão na sociedade brasileira, influenciando na década seguinte as pesquisas de estudiosas(os) acerca do tema e contrapôs à idéia do determinismo biológico, ou seja, a visão naturalizada sobre as diferenças entre os sexos (Farah, 2004).

Nesse momento foi pleiteada uma série de reivindicações por direitos por igualdade e surgiram denúncias de desigualdades sociais às quais as pessoas, independentemente do sexo, estavam submetidas. A teoria do “feminismo da igualdade” influenciou a produção acadêmica, pois preconizava que as diferenças entre homens e mulheres eram apenas biológico-sexuais e que ambos por serem iguais, deveriam ter as mesmas oportunidades (Farah, 2004).

Estas premissas passaram a ser o foco de outras publicações, agora direcionadas as mulheres dos segmentos médios e altos. As revistas *Cláudia* e

Mais divulgavam também as ideias feministas. Na primeira, a psicóloga Carmem Silva dava conselhos e estimulava que elas assumissem um papel mais ativo em suas vidas, trazendo uma visão positiva das ideias do movimento de mulheres. Já a segunda, era editada pela jornalista Judith Patarra, e tinha uma coluna escrita pela socióloga Eva Blay. Nesta revista havia a proposta de desmistificar a ideia negativa das feministas e valorizá-las como mulheres interessantes como quaisquer outras e trazer a discussão da condição feminina com um viés psicoterápico (Rago, 2003).

Já nos anos de 1980, a publicação *Mulherio* veio ratificar a visão negativa sobre o feminismo. Era uma resposta a uma representação negativa na sociedade das feministas e pertencia a esquerda alternativa. Ampliava a gama de informações para esse público com uma concepção de cuidados voltados à saúde. Importante foram as produções da psicanalista Maria Rita Khel que questionava o padrão de beleza (para ela masculino) e propunha uma libertação desses estereótipos (Rago, 2003).

Seguindo essa linha reivindicatória de igualdade, as palavras de ordem na década seguinte foram as seguintes: direito ao próprio corpo e ao trabalho extra doméstico, o suporte de equipamentos como creches e as mesmas oportunidades que são oferecidas aos homens. Várias discussões foram levantadas, enfatizando nas relações entre os sexos, o poder e violência (seja física ou simbólica), profundas desigualdades e dominação masculina (Zanotta, 1999).

E foi nesse período que o movimento feminista foi consolidado no Brasil nos anos de 1980, e junto com o início da redemocratização do país alastrou-se a ideia de que as mulheres viviam a opressão sob a égide da dominação masculina. A afirmação de que no âmbito doméstico e nas relações interpessoais a mulher era vitimada levou a uma série de mudanças que produziu a implementação de políticas sociais e pessoais. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher (Farah, 2004). Na década de 90 se aprofundaram as discussões sobre o tema. Rosenberg (1993) salienta a passagem dos estudos da/sobre a mulher para os das relações de gênero. Os estudos feministas sobre a temática da violência doméstica passaram a focar as relações entre os pares. As pesquisas se direcionam para a subjetividade dos relacionamentos interpessoais, ou seja, como elas se constituem e se movem (Zanotta, 1999).

A Terceira Onda do Feminismo

A partir da década de 1990, a diferença entre os sexos passou a ser concebida como uma categoria de análise. A teoria do “feminismo da diferença” enfatizou os traços culturais do polo masculino/feminino como socialmente construídos e a subordinação da mulher sendo proveniente dessa polaridade. Em 1992 foi lançada a Declaração dos Direitos Humanos na perspectiva de gênero, com as principais reivindicações: a possibilidade de se ter uma sexualidade plena desvinculada da reprodução, direito ao aborto seguro e legal e a não discriminação por orientação sexual. Foram criadas redes temáticas como a Rede Nacional do Direito Reprodutivo (Farah, 2004).

Citando Carvalho (1998), Farah assegura que, na atualidade, a proposta do “feminismo da diferença” é a mais utilizada pelos teóricos, tanto acadêmicos quanto do movimento feminista. As ideias de uma feminilidade defendida na “segunda onda” passou a ser vista como essencializante, pois trazia apenas uma experiência das mulheres brancas e heterossexuais. Contrapondo-se a essa teoria, a vertente pós-estruturalista vai questionar a visão binária (masculino/feminino) pleiteando o rompimento da polaridade e da homogeneização presente em cada um dos polos. Louro (2002) reconhece a heterogeneidade e pluralidade de cada um, enfatizando que são atravessados por outras dimensões sociais como classe, idade, etnia, raça e idade.

Houve, a partir dos anos de 1990, uma afirmação de outras identidades que fugiam da masculina/feminina e o crescimento do feminismo de mulheres negras, das lésbicas, das proletárias, entre outros. E iniciou-se uma nova fase de afirmação das diferenças e uma tensão dentro do próprio movimento no reconhecimento das práticas de poderes exercidos pelas militantes que ainda afirmavam uma luta baseada na experiência das mulheres brancas e heterossexuais.

Então as feministas passaram a não mais privilegiar exclusivamente a visão binária a respeito das iniquidades de gênero, e, na contemporaneidade, estudiosas como Sorj (1993) e Carvalho (1998), ao discutirem a associação das diferenças anatômicas com a personalidade, ressaltam sua inconsistência e criticam a visão idealizada, dual e parcial, que regulariza a sociedade, valendo-se da evidente polaridade masculina/feminina.

Carvalho (op. cit.) sinalizou que o ponto de vista citado acima estava direcionado a uma concepção ocidental da população branca e das camadas médias. Portanto, por não ser genérico para todos os sujeitos, propôs aos estudiosos que pensassem as questões de gênero sob o enfoque da historicidade.

No que diz respeito às transformações ocorridas no feminismo nos últimos anos, Butler (2003) ressalta que a crítica feminista deve buscar compreender de que forma, na atualidade, a categoria de análise (mulheres) é “produzida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio dos quais busca sua emancipação” (Butler, 2003: 9). Essa categorização (mulheres), julgada uma identidade durante algum tempo, pareceu fundamental para a promoção da visibilidade política feminina. No entanto, a associação teoria/política passou a ser questionada pelo próprio feminismo.

Enfim, os movimentos feministas, ao longo dos anos, mesmo com tantas vertentes, provocou mudanças significativas nas instituições e na coletividade, resultando na conquista, pelas mulheres, de espaços

sociais importantes. Na contemporaneidade, algumas tradições já foram reformuladas como a estrutura familiar. Observa-se a formação de novas configurações e uma diversidade. Houve conquistas importantes como a entrada maciça delas no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade. Além dos avanços na sociedade, é inegável a luta das feministas. A equidade entre homens e mulheres é a bandeira dos feminismos.

Conclusões

Mesmo que tenhamos identificado o pouco reconhecimento das conquistas do feminismo para a vida das mulheres e o conhecimento dessa luta em um grupo de jovens entrevistadas, o movimento feminista contribuiu em muito para uma mudança da condição feminina nas sociedades ocidentais.

Desde os anos de 1900, no Brasil, tivemos várias ações de militantes para a conquista de direitos. Nas décadas seguintes o movimento de Bertha Lutz conquistou direitos políticos, melhores condições de trabalhos e outras garantias sociais. Mesmo que no período da era Vargas até o florescimento do feminismo nos anos de 1970, este movimento social tenha tido uma menor projeção, as militantes se organizavam em pequenos grupos e contribuíram para mudanças na sociedade.

Após a década de 1970 no Brasil, junto com a luta pelo término da opressão política que se vivia no país, houve uma intensificação da mobilização das feministas, em especial das camadas médias na reivindicação pelo término das imensas desigualdades sociais enfrentadas. E junto a essa luta, mulheres dos estratos mais pobres se organizavam em associações e *club* de mães, para diminuição da precariedade vivenciada, e em muito contribuíram para que houvesse uma maior organização social, conquistas e que mudanças comessem a ocorrer.

No Brasil, o conceito de gênero consolidou-se nos anos 70/80, época em que a segunda onda

do movimento feminista ganhou expressão na sociedade brasileira e influenciou as pesquisas que se contrapunham ao determinismo biológico, realizadas na década seguinte, ou seja, a visão naturalizada sobre as diferenças entre os sexos.

Embora o feminismo seja um movimento marcado por divergências nos grupos militantes, fruto das diferenças do enfoque político, da falta de consenso e das diversas bandeiras que apresentam e apresentavam, vale ressaltar que contribuiu para o processo de modernização da sociedade, seja estrutural ou simbólico, já que produziu transformações significativas nas relações, apontando na suas lutas para uma igualdade maior. Essas mudanças ocorreram em alguns aspectos do cotidiano das pessoas e foram influenciadas por variáveis como a participação feminina no mercado formal de trabalho e nos níveis de escolaridade..

Já existe um processo de modificação nas visões de mundo de ambos os sexos em direção a uma cultura mais democrática. Houve conquistas no que se refere ao mundo laborativo, entendido como o produtivo e o reprodutivo, e no lugar das mulheres na família e na sociedade. Mas ainda persistem formas mais tradicionais de relacionamento (resultante de uma produção social, cuja construção depende de um conjunto de forças econômicas, culturais e legais). Embora esta “ordem” pareça inevitável, ela não é imutável, mas a sua transformação só será possível através da modificação das estruturas de dominação, das instituições socializantes (Bourdieu, 1999).

Mesmo que haja a constatação a respeito da permanência de padrões baseados na iniquidade de gênero, é inegável a existência de mudanças ocorridas na contemporaneidade, que muito devem as contribuições do feminismo. Como assinala Giddens (1993), o feminismo, ao assegurar os direitos de igualdade política e econômica para as mulheres, participa da modernidade de forma reflexiva, pois

propicia a construção de elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres que são vinculados aos processos de constituição de nossas identidades.

Tomamos as reflexões de Giddens (1993) para pensar nessa nova geração. E entendemos que poderia ser justamente essas novas formas de relações entre os gêneros (um pouco mais igualitária) que, ao serem introjetadas pelos jovens, vão estar presentes na forma como concebem, analisam e avaliam o mundo a sua volta. O que leva a uma visão naturalizada da condição feminina, em muitos aspectos mais igualitária, nas sociedades ocidentais atuais. E, dessa forma, as mudanças da condição da mulher seriam percebidas como inerentes ao desenvolvimento social, já que cada vez mais há uma afirmação e reconhecimento das chamadas “minorias”.

Ampliando a questão levantada, partimos das reflexões de Zanetti (2011) sobre a juventude/feminismo e da aproximação da militância em outras lutas e ações em ONGS (em uma época de autonomização das identidades). O que abre uma questão para o entendimento do que vínhamos falando no início desse trabalho, ou seja, o pouco reconhecimento e conhecimento das conquistas do feminismo para as mulheres jovens entrevistadas.

Partimos então da seguinte questão: que a possibilidade do reconhecimento das “minorias” como atores sociais importantes na busca por uma sociedade menos desigual e da importância das políticas de identidade como forma de inserção política, produziu uma participação específica em outros movimentos sociais e não no movimento feminista. Ou seja, geraria então uma rarefação da história das conquistas do feminismo? Bem, essas são outras questões que não nos propomos discutir nesse trabalho, mas que nos abre a possibilidade para entendermos o que identificamos e para sinalizar a importância do conhecimento por parte da juventude do feminismo.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares. (2000). “As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania”. *Rev. Bras. de Est. Pedag.* 81, 197: p. 5-13.
- BOURDIEU, Pierre. (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BUTLER, Judith. (2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Marília. (1998). “Gênero e Trabalho Docente: Em busca de um Referencial Teórico”. In: Bruschini Cristina, Buarque de Holanda, Heloísa (eds) *Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo: Ed 34 F C C, p. 383-403.
- COSTA, Albertina et al. (1985). “Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”. *Cadernos de Pesquisa (Revista de Estudos e Pesquisas em Educação)*, 54: 5-16.
- COSTA, Sueli. (2002). “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”. Rio de Janeiro: *Revista Estudos Feministas*, 10: 2, p. 135-152.
- GIDDENS, Anthony. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- FARAH, Marta Ferreira. (2004). “Gênero e políticas públicas”. *Revista Estudos Feministas*, 12: 47-71.
- FRANCHETTO, Bruna et al. (1981). “Antropologia e Feminismo”. In.: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1:11-47.
- FRAZER, Nancy. (2009). “O feminismo, O Capitalismo e a Astúcia da História”. Londrina: *Revista Mediações*, 14, 2.: 11-33.
- HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bia. (1999). “Estudos de Gênero no Brasil”. In: MICELE, Sergio. *O que ler nas Ciências Sociais*. São Paulo: Sumaré / ANPOCS, 2: 183-221.
- LOURO, Guaciara. (2002). “Gênero, Sexualidade e Educação: perspectiva pós-estruturalista”. In: Louro Guaciara (ed). *Corpo Educado, Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte. Autêntica: 5-34.
- MOLYNEUX, Maxime (1998). *Analysing Womens Movements Development and Change* 29:219-245.
- MOTT, Maria Luiza. (2001). “Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)”. *Cadernos Pagu*, 16: 199-234.
- ROSEMBERG, Fúlvia. (1993). Estudos sobre a mulher e relações de Gênero. In: Miceli S (ed). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: FAPESP: 205-236
- RAGO, Margareth. (2003). “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. Campinas: *labrys, estudos feministas*, 3.
- SARTI, Cynthia. (2004). “O Feminismo Brasileiro Desde os Anos de 1970: Revisitando uma Trajetória”. *Estudos Feministas*, 12, 2: 35-50.
- SCHUMA E SCHUMAHER, Érico Vital Brasil (2000). *Dicionário Mulheres no Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCOTT, Joan. (2002). *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres. Trad. Élvio A. Funck.

SORJ, Bia. (1993). “O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade”. In Costa de Oliveira, Bruschini C (eds.) *Uma Questão de Gênero*. Fundação. São Paulo :Carlos Chagas: 24-38.

ZANETTI, Julia Paiva. (2011). “Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais”. *Cadernos Pagu*, 36: 47-75.

ZANOTTA, Lia Machado. (1998). *Violência Conjugal – os espelhos e as marcas*. Rio de Janeiro: Série Antropológica, 15: 291-308.